

## COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº DE 2019  
(Da Sra. Deputada Luizianne Lins)

Requer realização de audiência pública para discutir sobre o racismo estrutural no Brasil com o seguinte tema: “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro”.

Senhora Presidenta,

Requeiro, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 24, inciso VII, e art. 255, a realização de Audiência Pública da Comissão de Cultura destinada a debater o racismo estrutural no Brasil: “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro”.

### JUSTIFICAÇÃO

O Conjunto CFESS-CRESS realiza a campanha do Dia do/a Assistente Social, celebrado em 15 de maio, que tem como objetivo dar visibilidade à profissão e suas bandeiras de luta. O tema desse ano é: “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro. A gente enfrenta o racismo no cotidiano”.

Em diversos países, as mulheres negras aparecem como maioria das vítimas em diversos indicadores de violações de direitos humanos – e no Brasil não é diferente. Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 relativos ao ano de 2013 apontam que 59,4% dos registros de violência doméstica no serviço referem-se a mulheres negras. O *Dossiê Mulher 2015*, do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, aponta que 56,8% das

vítimas dos estupros registrados no Estado em 2014 eram negras. E 62,2% dos homicídios de mulheres vitimaram 19,3% pretas e 42,9% pardas.

Enfrentar o racismo no cotidiano parte da compreensão que racismo e discriminação racial são fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil. Vale destacar que as consequências do racismo, do patriarcado e do sexismo são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas na relação de dominação e exploração em relação as mulheres negras. De acordo com Suely Carneiro (2003) “o esforço da luta das mulheres negras e a afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente fossem pautas de reivindicações no âmbito dos direitos e políticas sociais para a mulher negra brasileira”.

Frente a esse contexto de perda de direitos, de ‘contrarreforma’ da previdência, são mulheres pobres e negras as que mais sofrem com a regressão de direitos, vide todo o corte no orçamento público para as políticas sociais proposto pelo governo, e dialoga diretamente com a campanha de gestão (2017-2020), reafirmando o compromisso da categoria “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”. A campanha está ainda em sintonia com o Código de Ética da categoria que coloca todo o seu trabalho em defesa dos direitos de toda classe trabalhadora e na denúncia de todo tipo de opressão e exploração.

Por compreender o racismo estrutural como um fenômeno conjuntural, ou seja, algo que perpassa todas as esferas de poder (públicas e/ou privadas); manifesta-se na política, em políticas partidárias, econômicas e na produção cultural, solicito a realização de uma audiência pública organizada por essa comissão para darmos voz as assistentes sociais negras e as que são comprometidas com a luta histórica das mulheres negras no Brasil. E convidamos:

1. Representante do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS;

2. Representante da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPESS;
3. Professora Dra. Magaly Almeida da Universidade Federal da Bahia – UFBA;
4. Professora Dra. Elaene Rodrigues da Universidade de Brasília – UNB;
5. Professora Dra. Zelma Madeira da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Sala de Comissões,      de abril de 2019.

**Luizianne Lins**  
**Deputada Federal (PT/ CE)**